

EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: A CONTRIBUIÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS

Moacir Gubert Tavares – PPGE-UEPG/IFC - Campus Rio do Sul

RESUMO

Este trabalho aborda a expansão do Ensino Superior no Brasil, sobretudo no período entre 2008 e 2011, com destaque para os Institutos Federais (IF), que a partir de 2008 passam a integrar o conjunto de IES mantidas pelo governo federal. O objetivo desta pesquisa é verificar em que medida a implantação dos IF altera o panorama geral da Educação Superior no Brasil, bem como a sua representatividade, quantitativamente falando, tanto no âmbito das IES públicas quanto no âmbito específico das IES federais. As análises foram realizadas a partir de dados disponibilizados pelas sinopses estatísticas do INEP/MEC.

Palavras-chave: expansão do Ensino Superior; Institutos Federais; estatísticas educacionais.

1 INTRODUÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), ou simplesmente Institutos Federais, são instituições de ensino criadas pela Lei 11.892/2008 a partir da reestruturação de uma estrutura pré-existente formada pelas antigas escolas técnicas e agrotécnicas federais, CEFETs e escolas técnicas vinculadas às universidades federais (BRASIL, 2008).

Em material publicitário sobre os IF (veiculado em 2009), a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) projetava para o período compreendido entre 2005 e 2010 a criação de 139 novas unidades escolares, o que resultaria em um incremento de 285 mil novas vagas. Até o final de 2010, a SETEC pretendia atingir um total de 500 mil estudantes¹ (MEC/SETEC, 2009).

Até certo ponto, a política de expansão do Ensino Superior por meio dos IF contraria a lógica que orientou a ampliação da oferta deste nível de ensino após a década de 1970, quando a oferta deste tipo de educação passou a ser atendida cada vez mais pelo subsistema privado, que apresentava taxas de incremento muito superiores ao segmento público (Tabela 1).

¹ A mesma Lei que estabelece a criação dos IF determina que pelo menos 50% das vagas ofertadas anualmente se destine a cursos técnicos, enquanto um percentual de no mínimo 20% seja destinado, obrigatoriamente, a oferta de cursos de licenciatura.

Tabela 1 – Evolução das matrículas da Educação Superior brasileira por categoria administrativa (pública e privada) – 1964 a 1994

Ano	Total	Matrículas públicas		Matrículas privadas	
		Total	%	Total	%
1964	142.386	87.665	61,6	54.721	38,4
1974	937.593	341.028	36,4	596.565	63,5
1984	1.399.539	571.879	40,9	827.660	59,1
1994	1.661.034	690.450	41,6	970.584	58,4

Fonte: Sguissardi, 2011, p.997.

O que se viu nas décadas de 1990 e 2000 foi uma ampliação do predomínio das matrículas em instituições privadas (Tabela 2). Em 2006, as matrículas no subsistema privado de Ensino Superior ultrapassavam os 74%, enquanto as instituições de Ensino Superior deste segmento representavam 89% do total.

Tabela 2 – Evolução do número e do percentual de instituições de Educação Superior e de matrículas por categoria administrativa (público e privada) – 1994 a 2006

Ano	Número de Instituições					Número de Matrículas				
	Total	Públ.	%	Priv.	%	Total (mil)	Públ. (mil)	%	Priv. (mil)	%
1994	851	218	25,6	633	74,4	1.661	690	41,6	970	58,4
2002	1.637	195	11,9	1.442	88,1	3.479	1.051	30,2	2.428	69,8
2006	2.270	248	11,0	2.022	89,0	4.676	1.209	25,8	3.467	74,2

Fonte: Sguissardi, 2011, p.999.

O atual cenário do Ensino Superior sinaliza a tendência do governo brasileiro no sentido de retomar os investimentos nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), mediante a destinação de recursos públicos para a ampliação e reestruturação das universidades federais (REUNI) e para a implantação e consolidação dos recém-criados IF. A grande contradição dos governantes brasileiros, no que se refere a esta questão, está na continuidade do financiamento do subsistema privado de Ensino Superior com recursos públicos (PROUNI e FIES, por exemplo), de tal forma que público e privado concorrem pelos mesmos recursos.

A presente pesquisa pretende verificar em que medida a implantação dos IF altera o panorama geral da Educação Superior no Brasil, bem como a sua

representatividade, quantitativamente falando, tanto no âmbito das IES públicas quanto no âmbito específico das IES federais.

2 OS INSTITUTOS FEDERAIS E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O PROCESSO DE EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR

Se o período entre 1994 e 2006 foi marcado pelo avanço das IES privadas sobre as IES públicas, o período entre 2008 e 2011 demonstra uma elevação da taxa de crescimento do subsistema público (Tabela 3). Mas apesar de todo esse esforço por parte dos governantes brasileiros, o ano de 2011 encerrou com uma larga vantagem numérica das instituições privadas, que representavam 88% do total.

Tabela 3 - Instituições de Ensino Superior por categoria administrativa - Brasil, 2008-2011.

Categoria administrativa	2008	2009	2010	2011	Δ 2008 - 2011	Δ %	Distribuição Pública x Privada em % - 2011
Pública	236	245	278	284	48	20,3	12,0
Privada	2016	2069	2100	2081	65	3,2	88,0
Total	2252	2314	2378	2365	113	5,0	100,0

Fonte: adaptado de MEC/INEP 2008, 2009, 2010 e 2011.

Com relação às matrículas no Ensino Superior, pode-se perceber que houve um incremento significativo de vagas, tanto no segmento público quanto no privado, de tal maneira que a proporção na relação entre público e privado permaneceu praticamente estagnada (Tabela 4).

Tabela 4 - Distribuição das matrículas em cursos de graduação presenciais, por categoria administrativa - 2008 a 2011.

Categoria administrativa	2008	2009	2010	2011
Pública	1.273.965	1.351.168	1.461.696	1.595.391
%	25,08	26,41	26,82	27,76
Privada	3.806.091	3.764.728	3.987.424	4.151.371

%	74,92	73,59	73,18	72,24
---	-------	-------	-------	-------

Fonte: adaptado de MEC/INEP 2008, 2009, 2010 e 2011.

A Tabela 5 revela que dentre os diferentes tipos de IES, segundo a sua organização acadêmica, a categoria IF e CEFET² foi a que apresentou a maior taxa de incremento de matrículas, em termos percentuais, ultrapassando os 102%. Contudo, em valores absolutos, a categoria IF e CEFET ainda é a menos significativa do sistema de Ensino Superior, chegando ao ano de 2011 com pouco mais de 83 mil matrículas.

Tabela 5 - Evolução do número de matrículas em cursos de graduação presenciais – 2008-2011

Organização acadêmica	2008	2011	Δ 2008-2011	Δ% 2008-2011
Universidades	2.685.628	2.933.555	247.927	9,23
Centros Universitários	720.605	774.862	54.257	7,53
Faculdades	1.632.888	1.955.328	322.440	19,75
IF e CEFET	40.935	83.017	42.082	102,80
Total	5.080.056	5.746.762	666.706	13,12

Fonte: adaptado de MEC/INEP 2008 e 2011.

Quando se observa a evolução das IES segundo a organização acadêmica, verifica-se que em termos quantitativos a categoria IF e CEFET novamente se destaca devido a uma taxa de incremento muito acima daquelas apresentadas pelas demais categorias (17,6%). Entretanto, esse aumento proporcional do número de instituições não foi suficiente para que a categoria IF e CEFET fosse além de 1,7% do número total de IES no ano de 2011 (Tabela 6).

Tabela 6 – Evolução das Instituições de Ensino Superior por organização acadêmica - Brasil, 2008-2011.

Organização acadêmica	2008	2011	Δ 2008-2011	Δ %	Distribuição por organização acadêmica em % – 2011
-----------------------	------	------	-------------	-----	--

² Os dados apresentados se restringem aos IF que já ofertavam cursos superiores.

Universidades	183	190	7	3,8	8,0
Centros universitários	124	131	7	5,6	5,5
Faculdades	1911	2004	93	4,9	84,7
IF e CEFET ³	34	40	6	17,6	1,7
Total	2252	2365	113	5,0	100

Fonte: adaptado de MEC/INEP 2008 e 2011.

Com relação a matrículas, a Tabela 7 demonstra que a representatividade dos IF e CEFET era praticamente irrelevante para o conjunto de IES em 2011, respondendo por apenas 1,44% do total de matrículas neste nível de ensino.

Tabela 7 - Distribuição das matrículas em cursos de graduação presenciais, por organização acadêmica – 2011.

Organização acadêmica	Número de matrículas	%
Universidades	2.933.555	51,05
Centros universitários	774.862	13,48
Faculdades	1.955.328	34,02
IF e CEFET	83.017	1,44
Total	5.746.762	100,00

Fonte: adaptado de MEC/INEP 2011.

Quando se considera apenas o subconjunto das IES públicas, com relação ao incremento percentual de instituições no período 2008-2011, pode-se verificar que a categoria IF e CEFET apresentou um percentual relativamente significativo (14,1%) no ano de 2011 (Tabela 8).

Tabela 8 – Evolução das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas, por organização acadêmica - Brasil, 2008-2011.

					Distribuição por organização
--	--	--	--	--	------------------------------

³ O Artigo 15 da Lei 11.892/2008 determina que “a criação de novas instituições federais de educação profissional e tecnológica, bem como a expansão das instituições já existentes, levará em conta o modelo de Instituto Federal”. Com base neste dispositivo legal, pode-se deduzir que o incremento de IES ocorrido na categoria IF e CEFET se deu exclusivamente por meio dos IF.

Organização acadêmica	2008	2011	Δ 2008 -2011	Δ %	acadêmica em % – 2011
Universidades	97	102	5	5,2	35,9
Centros universitários	5	7	2	40,0	2,5
Faculdades	100	135	35	35,0	47,5
IF e CEFET	34	40	6	17,6	14,1
Total	236	284	48	20,3	100

Fonte: adaptado de MEC/INEP 2008 e 2011.

É no subconjunto das IFES que os IF e CEFET tiveram os avanços mais significativos. Em 2011, esta categoria era responsável por quase 40% do total de IFES (Tabela 9), ficando atrás apenas das universidades.

Tabela 9 – Evolução das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), por organização acadêmica - Brasil, 2008-2011.

Organização acadêmica	2008	2011	Δ 2008 -2011	Δ %	Distribuição por organização acadêmica em % – 2011
Universidades	55	59	4	7,3	57,3
Centros universitários	-	-	-	-	-
Faculdades	4	4	0	0,0	3,9
IF e CEFET	34	40	6	17,6	38,8
Total	93	103	10	10,8	100,0

Fonte: adaptado de MEC/INEP 2008 e 2011.

Com base nos atuais patamares de incremento da categoria IF e CEFET, pode-se esperar que entre os anos de 2012 e 2013 estas instituições de ensino passem a representar mais da metade do subconjunto formado pelas IES federais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora não se possa negar o esforço empreendido pelo governo brasileiro a partir da década de 2000 na ampliação e reestruturação das IFES, constata-se que estas políticas tiveram resultados/efeitos pouco significativos no sistema de Ensino Superior como um todo, considerando-se a superioridade do subsistema privado no Brasil, que em 2011 respondia por 72,24% das matrículas e 88% do total de IES.

Com relação aos IF, em 2009 a SETEC anunciava a meta de 500 mil matrículas até o fim de 2010. Levando-se em consideração que no mínimo 20% das vagas ofertadas anualmente pelos IF devem ser destinadas a cursos de licenciatura, eram

esperadas pelo menos 100 mil matrículas em cursos superiores para o ano de 2010. A análise dos dados estatísticos demonstra que os IF encerraram 2011 (um ano depois) com pouco mais de 83 mil matrículas no Ensino Superior, englobando os cursos de bacharelado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas. Este relativo atraso na concretização das metas anunciadas revela que no contexto da prática esta política pode estar enfrentando dificuldades, o que justificaria a realização de pesquisas *in loco* para identificar qual a natureza destas dificuldades.

Mesmo diante de um incremento percentual de 102% em termos de matrículas no período entre 2008 e 2011, a categoria IF e CEFET encerrou este mesmo período respondendo por apenas 1,7% das IES e por 1,44% das matrículas do sistema de Ensino Superior.

No subconjunto formado pelas IES públicas, os IF e CEFET começam a ganhar representatividade (14,1% em 2011), enquanto no segmento específico das IFES, a categoria IF e CEFET já respondia em 2011 por 38,8% do total de IES. Com base nos atuais patamares de incremento da categoria IF e CEFET, pode-se esperar que entre os anos de 2012 e 2013 estas instituições de ensino passem a representar mais da metade do subconjunto formado pelas IES federais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 11.892**. Brasília, dezembro, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Institutos Federais: uma conquista de todos os brasileiros.** Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Sinopse Estatística da Educação Superior.** Brasília, 2008.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior.** Brasília, 2009.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior.** Brasília, 2010.

_____. **Sinopse Estatística da Educação Superior.** Brasília, 2011.

SGUISSARDI, V. Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 105, dez. 2008. ISSN 0101-7330 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2011.